Prefácio
por Julvan Moreira de Oliveira

Julvan Moreira de Oliveira é Especialista em Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Política) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP). Licenciado em Filosofia pela Universidade São Francisco (USF-SP). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), líder do ANIME – Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia, Imaginário e Educação, vice-coordenador do GT-21 da ANPED (2015-2017), diretor de Ações Afirmativas da UFJF. Ele ainda é líder do ANIME. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Políticas Educacionais (FORPE). Membro do Fórum Municipal de Educação de Juiz de Fora e do COMPIR/PJF. Atua na área de Antropologia Educacional e Filosofia da Educação, com interesse nos seguintes temas: africanidades, filosofia africana, socioantropologia do cotidiano e imaginário.

Trajetórias e (in)visibilidades Negras. Imagine que você se candidata a empregos, mesmo com um bom currículo, mas nunca recebe resposta. Imagine que você procura uma casa para sua família, mas nunca tem sucesso. Imagine que você sofre assédio moral ou violência com xingamentos ou piadas sobre suas características físicas que o deixa profundamente traumatizado. Esta é a realidade de muitas pessoas, apenas por causa da cor de sua pele. Pessoas de ascendência africana são rotineiramente recebidas com tratamento injusto. Discriminação racial, violência física e simbólica continuam a assombrar suas vidas diárias. Estes não são incidentes isolados, mas experiências recorrentes em todos os aspectos da vida.

Todavia muito disso permanece silenciado. Incidentes de racismo, de discriminação racial e preconceitos muitas vezes não são denunciados, negando às vítimas o apoio que elas têm direito legal de receber das instituições destinadas a protegê-las. As imagens de pessoas negras estereotipadas também é uma expressão deste racismo, em que não se

acentua o positivo, ignorando suas competências. Uma luz é lançada sobre a importância da representação negra nos diversos espaços sociais de Juiz de Fora, neste livro que abre espaço para a história de vida de negras e negros, com suas respectivas contribuições econômicas, científicas, acadêmicas, culturais e esportivas.

A situação dos negros em Juiz de Fora é uma metáfora para o desafio humano universal de encontrar uma identidade viável em um mundo caótico, desigual, às vezes indiferente, frequentemente hostil. Esta obra, para além de trazer a trajetória de vida pessoal de 54 pessoas negras, fala de todos nós, pessoas negras descendentes de africanos escravizados neste país. As histórias de vida dessas pessoas têm algo em comum, a complexidade e o desafio contínuos para se compreender o amplo impacto do 'racismo à brasileira', em que não há leis como foi o 'Apartheid' na África do Sul e o 'Jim Crow' nos EUA, em que as pessoas negras eram segregadas.

Aqui, no Brasil, o racismo se dá de forma dissimulada, com a invisibilidade e ausência negra em diversos espaços sociais e profissões. As diversas entidades do movimento negro na história brasileira demonstram um protagonismo contra essa desigualdade, primeiro nas lutas contra a escravidão, com os diversos quilombos que se espalharam no país, depois com as organizações como a Frente Negra Brasileira, na década de 20, reprimida pela ditadura Vargas, em seguida pelo Teatro Experimental do Negro, perseguida pós-golpe militar, a chegar nos movimentos sociais negros que surgiram na luta pela redemocratização do Brasil, como o Movimento Negro Unificado, o Grupo de União e Consciência Negra, os Agentes de Pastoral Negros etc.

No entanto, há uma ideologia racista incorporada nas instituições e nas estruturas brasileiras, com argumentos do evolucionismo social ainda presente, considerando que alguns grupos étnico-raciais são inferiores e outros superiores, com a crença no 'mito da democracia racial', com a falácia de que somos um país mestiço, em que todas as pessoas vivem harmoniosamente, assim como na tese de que as questões étnico-raciais estão subordinadas às questões econômico-sociais, desprezando as lutas identitárias em detrimento de uma visão economicista totalmente reducionista.

Esta forma cínica se manifestou na primeira legislação contra o racismo no Brasil. E uma tentativa de responder a um escândalo internacional, quando a bailarina negra americana Katherine Dunham foi impedida de se hospedar em um hotel em São Paulo por ser negra, quando faria uma apresentação no Teatro Municipal de São Paulo, durante a turnê que fazia no país, em 1950, aprovaram a lei nº 1390, em 03.07.1951, considerando o racismo uma contravenção, ou seja, nem crime era e ao que cometia a discriminação racial, bastava-se pagar um mísero trocado como multa. O racismo só se tornaria crime no

Brasil em 1989, pela lei nº 7.716. Essa experiência vivida por Katherine Dunham é reflexo do que acontece cotidianamente na vida de negras e negros no Brasil.

E, como o racismo é uma ideologia incorporada, introjetada, nem sempre todos se dão conta dessa realidade cruel. Se, no passado com a expulsão de forma patente dos espaços tidos como predominantemente brancos, atualmente de forma latente, com a invisibilidade perceptível de negros em locais tidos como mais privilegiados da cidade e do país. A ironia desse racismo é que a diversidade é sempre exposta ao mundo em propagandas divulgadas em slogans, nos discursos de redes sociais e diversos meios publicitários e de comunicação, porém rapidamente esquecida no interior das instituições. E, quantas instituições neste discurso de que estão comprometidas com a diversidade étnico-racial, recrutam uma pessoa negra, sendo esta apenas uma representante de um rosto de diversidade sem profundidade, permanecendo às práticas cotidianas, sem que haja uma verdadeira inclusão.

Às vezes, invisibilidade significa não ser visto como alguém com capacidade para ocupar alguma profissão ou papel social. É comum termos relatos de pessoas negras ocupando determinadas profissões e serem confundidas como de outras funções menos valorizadas. Diretoras e diretores que, ao atenderem alguém escutam a famosa frase: “gostaria de falar com a diretora”. O mesmo ocorre com negras e negros como profissionais da medicina confundidos com outra profissão, assim como na própria moradia, quando atende alguém e esta diz que gostaria de falar com a proprietária da casa, na interpretação de que quem atende seria a empregada. Não é preciso, aqui, dizer de seguranças circulando atrás de pessoas negras em lojas, shoppings, assim como nas abordagens policiais, particularmente quando estão em posse de bens tidos ou interpretados como incompatíveis para essas pessoas.

Estudantes negros relatam dificuldade em suas trajetórias universitárias e funcionários negros em vários ambientes descrevem ter passado por escrutínio desnecessário. Tais micro-agressões enviam uma declaração desmoralizante aos negros: “você não pertence a este lugar”. A invisibilidade se estende aos interesses e carreiras, as especialidades de algumas pessoas negras são questionadas. A expertise é negada. Para a branquitude, os pontos fortes das pessoas negras não são valorizados e que os seus esforços não se alinham com as ‘prioridades atuais’. Espera-se que negros se conformem com uma cultura excludente. Por meio de abusos de profissionalismo, negros são aculturados para se encaixar, questionam os cabelos crespos naturais, enfim, há uma desumanização vivida por pessoas negras nessa sociedade racista.

Esta obra ‘Nossas Riquezas Pretas – biografias afro-juizforanas’ nos traz relatos de homens e mulheres articulados, autoconscientes, educados, que mesmo crescendo numa sociedade que impõe uma ideia de pessoas negras como raivosas, incultas e não articuladas, lançam imagens de esperança, fraternidade e autorrealização individual. E, nesse sentido, essencial para que os mais jovens, crianças e adolescentes tenham referências positivas, simbolicamente fundamentais no processo de construção das identidades particularmente negras.

Nossa esperança é que um dia, não tão distante, possamos todos dizer que o racismo não tem lugar em Juiz de Fora, assim como em todo país, que possamos ter ações em prol da igualdade e inclusão de pessoas negras. Este é um chamado a todos, para estabelecer espaços seguros, onde a vida das pessoas negras possam ser sustentadas, fortalecidas e respeitadas.